

DÍVIDA*B externo*

25 JUN 1989

Fim de governo afasta crédito

As indefinições políticas impedem o País de receber novos empréstimos

JOÃO BORGES

BRASÍLIA — Os cofres dos credores externos fecham-se cada vez mais para o Brasil neste final de governo, formando-se um cenário de crise cambial a partir de setembro, quando o Brasil possivelmente não terá condições de pagar os US\$ 2,5 bilhões de juros que vencem naquele mês. O Banco Mundial (Bird) já decidiu que não vai liberar os grandes empréstimos ao Brasil antes da posse do futuro presidente da República. Nessa situação estão o empréstimo de US\$ 500 milhões para reformular o sistema financeiro do País, US\$ 500 milhões para reestruturar o sistema de comércio exterior e outros US\$ 300 milhões para a Eletrobrás prosseguir seu programa de construção de usinas hidrelétricas.

Não há uma decisão formal da instituição, mas fontes seguras garantem que aqueles US\$ 1,3 bilhão não entrarão no País antes que o novo governo seja capaz de dar uma direção, uma perspectiva no campo econômico. Além de não receber esses US\$ 1,3 bilhão, o Brasil dificilmente conseguirá empatar as contas com o Bird este ano. O País tem de pagar à instituição US\$ 1,7 bilhão, mas deverá receber, no máximo, US\$ 700 milhões. Essas informações que vêm do banco reforçam a tendência de que o Fundo Monetário Internacional (FMI) não assinará um acordo com o Brasil.

O ministro João Batista de Abreu, em sua viagem a Washington, há cerca de um mês, abriu negociações com o Bird para alterar alguns critérios de liberação de empréstimos e acelerar a entrada de dólares no País. Nos contratos originais, para cada dólar emprestado, a entidade que recebesse o empréstimo no Brasil teria de colocar um dólar no projeto financiado. Abreu quis alterar essa relação para reduzir a contrapartida brasileira para apenas 25%. Mas, garante uma fonte que tem acesso à política e às decisões do banco, não se altera um procedimento burocrático tão rapidamente. O exemplo típico é o empréstimo de US\$ 175 milhões para obras contra enchentes no Rio. Até hoje não foi liberado porque a Caixa Economia Federal não tem verba para liberar a parte que lhe cabe, de US\$ 190 milhões.

Toda a estratégia do Banco Mundial já está calcada para uma negociação com o futuro governo. Em setembro chega ao Brasil uma missão do banco para produzir um relatório sobre as perspectivas econômicas do País, que só ficará pronto em janeiro. A análise dos projetos também continuará. Mas a liberação do dinheiro não sai antes da posse do novo governo.

O que assusta as autoridades do Bird não é propriamente o quadro de dificuldades econômi-

cas, tomadas por um ângulo objetivo. Mas as incertezas econômicas causadas por um quadro político indefinido. Se os chamados empréstimos setoriais exigem mudanças na estrutura dos segmentos a que se destinam, não há a necessária confiança no cumprimento do que ficar acertado. O caso dos empréstimos para reformular o sistema financeiro é um exemplo perfeito desse tipo de desconfiança.

RESERVAS NO ALTO

Para enfrentar a provável crise cambial de setembro, o governo já tomou uma decisão política importante: o atraso nos pagamentos dos juros começará antes que as reservas caiam para níveis críticos como ocorreu em fevereiro de 1987, quando o Brasil decretou a moratória. Ninguém fala qual o ponto a partir do qual o Brasil deixará de honrar seus compromissos para preservar suas reservas em dólares, mas o ministro Máilson da Nóbrega faz um acompanhamento diário sobre a entrada e saída de dólares no Banco Central para não ser surpreendido. Hoje, elas são da ordem de US\$ 5,5 US\$ 6 bilhões.

A missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que deixou o Brasil ontem, depois de duas semanas de coleta de dados e conversas com a equipe econômica, levou para Washington mais dúvidas do que certezas sobre o horizonte da economia brasileira. Nas autoridades brasileiras ficou também uma grande dúvida: a instituição vai assinar um acordo com o Brasil e salvar o país do atraso de pagamentos?

"Eles precisam de um programa coerente, confiável", comenta uma fonte do governo brasileiro sobre as incertezas desse acordo. E confiabilidade é o que não se pode fornecer a ninguém. Afinal, depende do Congresso e não do Executivo o fechamento dos números relativos ao orçamento da Previdência Social, um problema de vital importância para o FMI. A Medida Provisória nº 63, que aumenta as contribuições à Previdência ainda continua no Congresso e sua aprovação é incerta. Sem uma definição sobre esse ponto, ninguém poderá medir o tamanho do rombo.

Se o Brasil não conseguir um acordo com o Fundo, deixará de receber US\$ 4,1 bilhões. O corte na entrada desses recursos jamais poderá ser coberto pelo saldo da balança comercial, apesar de estar previsto um resultado de US\$ 19 bilhões, contra a meta inicial do governo de US\$ 14,5 bilhões. Sem o acordo, o Brasil deixa de receber US\$ 1 bilhão do próprio fundo, US\$ 600 milhões dos bancos comerciais, US\$ 1 bilhão do Banco Mundial, e US\$ 1,5 bilhão do governo japonês. Se não assinar o acordo, o FMI estará sacramentando o colapso do balanço de pagamentos. Se assinar correrá o sério risco de avalizar como programa econômico coerente uma política que apenas tenta levar o barco até a posse do futuro governo.



O ministro Abreu: negociações frustradas

Luiz Luppi/AE — 3/5/89



Nogueira: Brasil é diferente



Lessa: fuga de dólares

AE-6/8/88

AE-14/5/88